Frente Parlamentar
Ambientalista

Brasília, dezembro de 2020.

AÇÕES DA FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

2020

Sumário

Uma política ambiental do avesso 1

Governo que age com desfaçatez 2

2020: O ano II de novos descasos socioambientais 3

Abertura dos trabalhos da Frente Parlamentar Ambientalista 4

O futuro do Código Florestal 5

Estudos do monitoramento da água 6

O Brasil diante do desafio climático 6

Prazos e progressos na implantação do Programa de Regularização Ambiental 7

MP 910: campanha de mobilização e protocolo da Carta Aberta 7

Continuam tirando o verde da nossa terra 8

O desmonte da fiscalização ambiental 9

Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia 9

A importância da Frente Parlamentar Ambientalista para a preservação das Unidades de Conservação do Brasil 10

Semana do Meio Ambiente 11

Frente Parlamentar está empenhada na proteção dos oceanos 12

Preservação e combate ao desmatamento no Brasil 13

Retomada verde pós-pandemia 13

A caça e os maus-tratos aos animais 14

Reforma tributária verde 15

A importância da reciclagem para o país 16

Encontro das Frentes Parlamentares Ambientalistas (Federal e Estaduais) 16

Que mundo queremos? 17

Webinário Plano Nacional de Resíduos Sólidos 17

Atuação do BNDES em resposta à pandemia 18

Licenciamento Ambiental, Cadastro Ambiental Rural e Mudanças Climáticas 18

Incentivo à energia limpa 19

Instituições de controle e políticas ambientais 19

Lançamento da campanha: Reforma Tributária Sustentável 20

Agrotóxicos e a Reforma Tributária 21

Eleições municipais: lançamento da Plataforma Ambiental para eleitores e candidatos 22

Convergências para o Cerrado 23

Fogo: controle, prevenção e manejo integrado 24

Câmara dos Deputados: diligência para averiguar as queimadas no Pantanal 24

O Pantanal em chamas 25

A retomada verde e o setor empresarial 26

E o papel do CONAMA? 26

Bioinsumos: uma alternativa biológica na produção de alimentos 27

Apresentação do relatório: O Ar é Insuportável 27

A opção por não fazer política ambiental e seus reflexos no orçamento 28

O Código Florestal nos estados 29

Plataforma ambiental para eleitores, candidatos a prefeitos e veradores 29

Reforma tributária sustentável 30

Manejo Integrado do Fogo 30

Bioinsumos na agricultura familiar 31

Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais: balanço de 2020 e perspectivas 31

Observatório de Leis 32

Alcance nas redes sociais 33

Atuação da Frente Parlamentar Ambientalista é destaque na mídia 34

Reuniões realizadas 36

Reuniões conjuntas 36

Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais 37

Uma política ambiental do avesso

2020 será um ano jamais esquecido. Desafiador sob todos os aspectos, não só pela pandemia que ainda atravessamos, mas também por todos os embates que enfrentamos.

No Congresso Nacional, por diversos momentos a pauta ambiental foi destaque negativo, infelizmente. Sem esmorecer, tive a honra de ser o Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista num período tão conturbado e de resistência.

A escalada na destruição da Amazônia, o vazamento criminoso de óleo no litoral do Nordeste, o Pantanal em chamas e o permanente desmonte dos órgãos ambientais são alguns dos exemplos da escalada da violência contra nossa biodiversidade.

Lutamos todos juntos. Realizamos 62 reuniões que trataram de temas variados: desde uma reforma tributária mais sustentável ao desmonte do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Todos sabemos da importância da floresta em pé. Todos queremos que haja produção e conservação de forma sustentável.

A floresta em pé deve ser valorizada com seus povos, suas culturas e formas de vida, sendo esse importante fator para a bioeconomia. Não por acaso, intensificamos nosso diálogo franco com o setor produtivo e com diversos atores do agronegócio numa tentativa de atuar de modo conjunto e mais consciente.

Notamos, infelizmente, que há intensificação do uso deliberado da desinformação por quem deveria ter a transparência como regra e o serviço à população brasileira. Ataca-se e questiona-se a atuação e o trabalho de cientistas, universidades e instituições de pesquisa com histórico comprovado de contribuições para a ciência e o desenvolvimento do país.

Mesmo diante da abundância de relatos, laudos, provas, relatórios, imagens in loco, ou obtidas a partir de satélites, mesmo com a poluição latente, a atuação do governo federal tem sido desconexa ao atacar os dados. Ao invés de ouvir os estudiosos, não oferecem as respostas coordenadas e tão necessárias neste momento.

Ao invés de aceitar as evidências científicas, combatem os fatos. Infelizmente, o Brasil não "está de parabéns" e não é "um exemplo" de preservação ambiental.

O fato é que a atual política ambiental do governo está do avesso e é componente central do colapso ambiental, tanto na Amazônia como no Pantanal e nos demais biomas brasileiros.

Índios e caboclos não são os culpados pelas queimadas na Amazônia. Sabemos que os verdadeiros responsáveis pela destruição da floresta são garimpeiros, grileiros e madeireiros ilegais.

A ciência é um meio de desmascarar aqueles que apenas fingem conhecer. O conhecimento científico nos faz sair da ignorância. Apurar a verdade em meio ao cenário de confusão e lavagem cerebral requer vigilância, dedicação e muita coragem. Não há futuro no negacionismo, na polêmica pré-planejada, nas cortinas de fumaça, nas realidades paralelas. Isso só remete ao atraso e desesperança.

Não podemos corroborar com esse quadro de descolamento da realidade, disruptura e irresponsabilidade. Precisamos reagir. E no Poder Legislativo, estamos reagindo com as possibilidades que temos. A sociedade já sabe quem está do lado certo da história. Nós não vamos parar de lutar.

Rodrigo Agostinho
Deputado Federal - PSB/SP
Coordenador da Frente
Parlamentar Ambientalista

Governo que age com desfaçatez

A desfaçatez do governo e do Ministério do Meio Ambiente em relação aos incêndios no Brasil vem tomando dimensão alarmante, vergonhosa.

Inicialmente, já em 2019, tentaram desclassificar informações científicas e culparam o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) pelos dados divulgados quanto ao desmatamento na Amazônia, deixando no ar aleivosias de que a instituição, respeitada no mundo inteiro, estava adotando posturas meramente ideológicas.

Neste ano, de 2020, constata-se um festival de besteiras vindas do Executivo. Bolsonaro culpou índios e caboclos pelas queimadas na Amazônia, sem se referir aos madeireiros, grileiros e a alguns produtores sem escrúpulos; áreas oficiais tentaram responsabilizar ONGs e ambientalistas por incêndios que ocorreram no Pará, sem sucesso; dois ministros inventaram a esquisita teoria do boi bombeiro para mitigar as críticas ao governo na tragédia que vem destruindo o Pantanal.

E como se não bastassem tais desatinos, ao arrepio novamente da ciência, o governo usou em Alto Paraíso, Goiás, retardantes de chamas, voltados mais para ambientes urbanos e sem maiores indicações para uso no campo, florestas e áreas de preservação. Mais de 200 produtos químicos, a maioria perigosos, entram nas fórmulas do produto.

Não se pode permitir que essas posturas irresponsáveis do governo em relação ao meio ambiente continuem!

Eliziane Gama
Senadora - PPS/MA
Coordenadora da Frente Parlamentar Ambientalista no Senado Federal

2020: O ano II de novos descasos socioambientais

Quanto 2019 terminou estávamos reativos, já enfrentando o desmonte da legislação ambiental provocado ao longo daqueles 12 meses. A então nova gestão federal já deixava evidente a que vinha, mostrando sua visão para o meio ambiente com inúmeros retrocessos. Mas precisávamos nos manter fortes e levantar a energia para um 2020 com esperança e ações efetivas para as mudanças socioambientais necessárias.

Infelizmente, não poderíamos imaginar que em 2020 aconteceria algo com tanta gravidade para a humanidade: a pandemia de Covid-19. Porém, colocando as coisas em seu devido lugar, algo a gente já sabia: este seria o ano II de um plano antiambiente, que nem mesmo o novo coronavirus conseguiu frear.

Logo no início de 2020, na abertura dos trabalhos da Frente Parlamentar Ambientalista, quando o deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP) tomava posse como coordenador da Frente, temíamos a falta de transparência na construção do projeto de lei que pode alterar o licenciamento ambiental. O tema gerou muito debate durante o ano, mas sem que o assunto fosse encerrado, ou seja, muito novidade por vir em 2021.

Diante deste cenário, 2020 também reservou cada vez mais união. As frentes parlamentares Ambientalista e Indígena demonstraram diversas vezes a importância da atuação conjunta, o mesmo vale para as frentes estaduais e também dos vereadores. Podemos citar entre os temas prioritários dessa unidade no movimento, a emergência climática que tanto afeta todos nós, o Código Florestal brasileiro e também o combate ao desmatamento e incêndios que têm destruído nossos biomas.

Esta união também deu origem ao pedido de impeachment contra o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (sem partido), protocolado pelo coordenador e quatro ex-coordenadores da Frente, no Dia Mundial do Meio

Ambiente (05/06), principalmente pela "boiada" que ele disse querer passar, aproveitando a "oportunidade" da pandemia.

A partir daí, a Frente decidiu focar seus trabalhos em uma agenda positiva, visando uma retomada econômica verde, discutindo alguns temas que podem contribuir para isso. Entre eles, o pagamento por serviços ambientais, a reforma tributária verde e a aprovação do projeto da Lei do Mar. Com a realização dos eventos online, essa agenda foi levada para todo o Brasil, dando caráter nacional aos encontros da Frente. Vale destacar nossa plataforma para quem se candidatou que ganhou um espaço especial para ser debatida também com eleitores.

A Fundação SOS Mata Atlântica esteve presente em todos estes momentos e, junto com os parceiros, diuturnamente, continuaremos acompanhando e monitorando o trabalho parlamentar, que muito deve ser impactado com as eleições 2020.

O cenário é desafiador, mas mesmo assim as conquistas chegam. Seguiremos lutando!

Mario Mantovani
Diretor de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica

Abertura dos trabalhos da Frente Parlamentar Ambientalista

18/02/2020

Vídeo: https://youtu.be/PEphwRoXn_M

O Encontro aconteceu no auditório Nereu Ramos tendo como tema principal a proposta do projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL nº 3.729). Na ocasião foram protocolados ofícios aos gabinetes dos presidentes da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia (DEM-SP), e do Senado, Sen. Davi Alcolumbre (DEM-AP), pedindo que eles evitem retrocessos no licenciamento ambiental.

O evento também foi marcado pela a posse do Deputado Federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP), como coordenador da Frente. Em seu pronunciamento destacou a necessidade da construção de uma agenda ambiental "positiva" no Congresso Nacional, marcada pelo combate ao desmatamento ilegal, pelo incentivo à conservação ambiental e pela garantia dos direitos das comunidades tradicionais.

Presente entre deputados, senadores e organizações da sociedade civil a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas que também retomou suas atividades, com anúncio de agenda unificada contra propostas que representam retrocessos socioambientais.

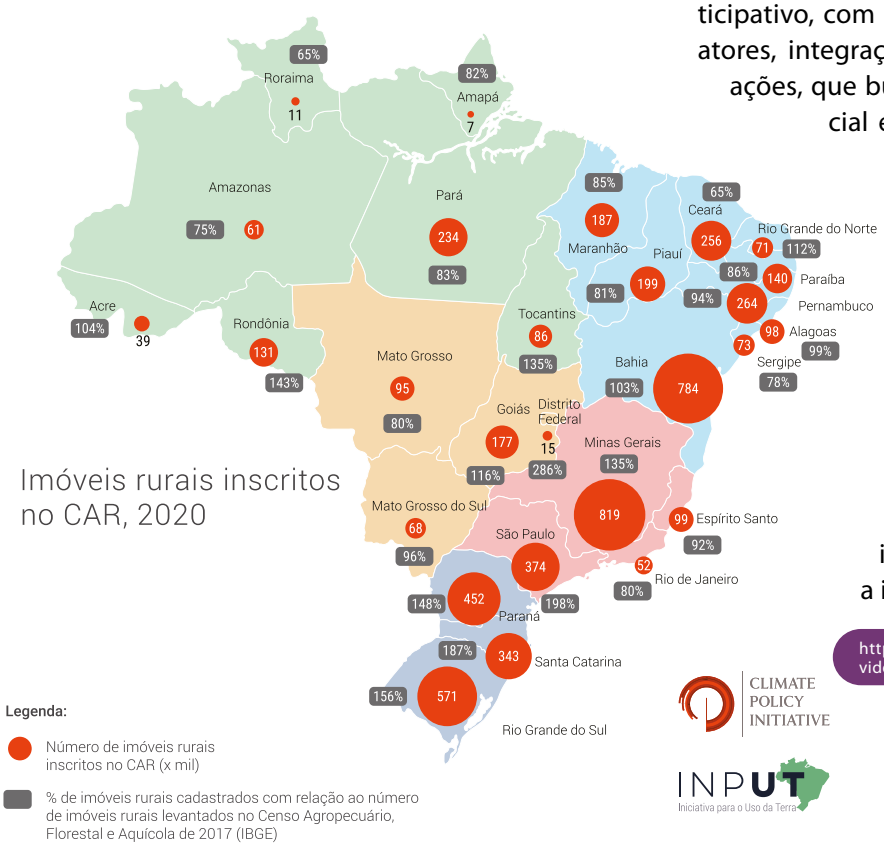
No site da Frente Parlamentar Ambientalista é possível acompanhar os trabalhos, bem como o Observatório de Leis com o acompanhamento da tramitação de pautas importantes.

O futuro do Código Florestal

04/03/2020

Lentamente, começamos a implantar Código Florestal. Sua correta implantação pode contribuir para a garantia dos direitos de terra a comunidades tradicionais, melhorar a governança do uso do solo e contribuir substancialmente para reduzir o desmatamento, conservar a biodiversidade e para o armazenamento de carbono em uma escala regional. Contudo, o desvirtuamento das ferramentas da Lei, como o Cadastro Ambiental Rural, pode trazer danos sociais, como a grilagem de terras, a expulsão de comunidades locais, a ocupação de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Para que o Car cumpra o seu papel socioambiental, é essencial e urgente a análise de seus dados, de responsabilidade dos estados, assim como implantar filtros para inibir o cadastro de imóveis nessas áreas e impulsionar o cadastro de pequenos produtores e povos e comunidades tradicionais. O Observatório do Código Florestal, rede de 34 organizações, que há 7 anos acompanha a implementação da Lei, defende a construção de um plano nacional para a implantação do Código Florestal, participativo, com o engajamento de diferentes atores, integração e complementaridade de ações, que busque o desenvolvimento social e econômico do meio rural e vá muito além das ações de comando e controle, embora essas ainda sejam necessárias. Os debates realizados em conjunto com a Frente Parlamentar Ambientalista têm o objetivo de trazer informações e encontrar soluções, estimular os estados a assumirem o seu papel institucional, na construção e a implantação de desse plano.

https://www.facebook.com/observatorioflorestal/videos/1459686337531932/



CLIMATE POLICY INITIATIVE

INPUT Iniciativa para o Uso da Terra

Fonte: *Climate Policy Initiative, 2020, com dados atualizados fornecidos pelos órgãos estaduais responsáveis pelo CAR (nov. 2020), complementados por dados do SFB (fev. 2020)*

Estudos do monitoramento da água

01/04/2020

De acordo com as pesquisas realizadas pelo programa "Observando os Rios" da SOS Mata Atlântica, reunidos com mais de 3.500 voluntários divididos em 250 grupos de monitoramentos nas maiores bacias hidrográficas, os resultados são alarmantes.

Os principais impactos são causados pelas transferências das cargas de poluição entre uma bacia e outra com altíssimos níveis de rejeitos de minérios extrapolando os limites previstos, dificultando à possibilidade de reestabelecer a qualidade da água nesses corpos hídricos.

Vídeo: https://youtu.be/oBFb_RICgjk

O Brasil diante do desafio climático

15/04/2020

O ex-Deputado Alfredo Sirkis *(in memoriam)* ex-coordenador executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC) e diretor executivo do Centro Brasil no Clima apresentou o documento "Proposta para Implementação da NDC brasileira"que visa a reformulação das metas do Acordo de Paris, uma estratégia de longo prazo para chegarmos à metade do século com emissões líquidas zeradas. Sirkis pontuou a importância do papel do Brasil na Agenda Climática, comparou a reduções da queima de combustível fóssil nessa fase inicial a qual a pandemia se instalou em comparação as emissões que provêm do desmatamento da Amazônia, que por sua vez têm aumentado.

A reunião, que fez parte da agenda ordinária de reuniões virtuais da Frente Parlamentar Ambientalista, registrou a presença a de mais de 120 pessoas, dentre parlamentares do congresso nacional (deputados e senadores), assessores, líderes das frentes parlamentares dos estados, representantes de secretarias estaduais de meio ambiente, representantes da academia e de outras instituições.

Vídeo: https://drive.google.com/file/d/1S3B618l7oo_rZ3hboiHsf1bs6xw3D7oj/view

Prazos e progressos na implantação do Programa de Regularização Ambiental

22/04/2020

Vídeo: https://youtu.be/Y3Nz4WnlryA

O futuro do Código Florestal, criado em 2012, foi debatido na Câmara dos Deputados em seminário organizado pela Frente Parlamentar Ambientalista. O evento teve a presença de representantes do Observatório do Código Florestal, uma rede de organizações da sociedade civil que atuam em diferentes áreas para gerar conhecimento e também exercer pressão política para conservar os recursos naturais e manter a produção sustentável.

O principal tema discutido foi a implementação das duas maiores inovações trazida pelo Código Florestal: o CAR, Cadastro Ambiental Rural, e o PRA, Programa de Regularização Ambiental.

MP 910: campanha de mobilização e protocolo da Carta Aberta

06/05/2020

Vídeo: https://youtu.be/BkVDagM1BFQ

A Frente Parlamentar Ambientalista, em documento assinado também por líderes de outras frentes parlamentares, ex-ministros e mais de uma centena de organizações da sociedade civil, tornou pública grande preocupação com a entrada em pauta e votação da Medida Provisória nº 910/2019, que altera as regras de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.

Existem atualmente informações e ferramentas tecnológicas que podem auxiliar muito os processos de regularização fundiária.

Continuam tirando o verde da nossa terra

13/05/2020

Somos mais de 150 milhões de brasileiros vivendo no bioma Mata Atlântica e devemos ter a clara percepção de que há uma relação de dependência da sua conservação com a defesa da vida e da dignidade humana.

Cientes da sua quase completa destruição "a ferro e fogo" promovida durante os diversos ciclos econômicos ocorridos no Brasil desde a chegada dos europeus, não há outra decisão a ser tomada, seja no campo legal, seja no campo ético, quanto ao destino dos poucos remanescentes de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica que, mesmo dispersos e fragmentados, ocupam aproximadamente 12% da sua formação original: a sua integral conservação e a adoção de medidas para a paulatina recuperação de áreas degradadas.

Além de milhares de espécies da fauna e da flora que possuem a sua sobrevivência umbilicalmente dependente da conservação dos poucos remanescentes de vegetação nativa, não se pode olvidar as diversas e indispensáveis funções socioambientais que esses remanescentes exercem, beneficiando direta e indiretamente toda a população brasileira, desde o controle do equilíbrio climático e dos eventos naturais extremos, a promoção da estabilidade do solo e da contenção das erosões e de inundações, a proteção da qualidade do ar e do fomento do conforto térmico, até o fornecimento da água, que é a substância dotada de maior essencialidade para a manutenção da vida e das próprias atividades econômicas.

A conservação da Mata Atlântica deve assumir, assim, papel central na tomada de qualquer decisão administrativa, judicial, legislativa e política. Não é a toa que o legislador constitucional previu a incumbência do Poder Público em preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais para a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado às presentes e futuras gerações e que o legislador infraconstitucional estatui como princípio do regime jurídico do bioma Mata Atlântica a manutenção e recuperação da sua biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico

Também decorrente da aplicação dos próprios princípios da proporcionalidade e razoabilidade, o comando de conservar os remanescentes de vegetação do bioma Mata Atlântica é bem ilustrado a partir da regra de que "os novos empreendimentos que impliquem o corte ou a supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas".

Importante destacar que a especialidade da legislação protetiva da Mata Atlântica impõe a sua prevalência sobre dispositivos conflitantes do Código Florestal, o que inviabiliza qualquer pretensão de anistia a desmatamentos não autorizados. Diante deste cenário, os Ministérios Públicos Estaduais e o Ministério Público Federal têm adotado providências para garantir a não aplicação do entendimento contido no Despacho 4.410/2020, recentemente emitido pelo Ministério do Meio Ambiente, que prevê a possibilidade de aplicação de dispositivos do Código Florestal relacionados à consolidação de ocupação de Áreas de Preservação Permanente, cujas vegetações foram ilegalmente suprimidas.

O que se espera é a adoção de medidas pelo Poder Público, com a colaboração da sociedade, para garantir a conservação e sobrevivência desse bioma, e não o afrouxamento das suas regras protetivas.

Alexandre Gaio
Promotor do MP do Paraná

Vídeo: https://youtu.be/Y3Nz4WnIryA

O desmonte da fiscalização ambiental

20/05/2020

Vídeo: https://youtu.be/dH7avh_dml4

Os dois maiores órgãos de fiscalização ambiental do país, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foram alvo de uma reestruturação devastadora já na chegada do ministro Ricardo Salles no governo, no início de 2019.

Em maio deste ano foi a vez do ICMBio. A reestruturação do órgão que cuida das unidades de conservação e dos centros de pesquisas teve suas 11 coordenações regionais simplesmente fechadas. Agora, é uma gerência para cada região do país. Na região Norte, por exemplo, sobrou somente uma das quatro coordenações existentes anteriormente, para atender 130 unidades de conservação. A Frente Parlamentar Ambientalista trabalha contra o desmonte.

Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia

26/05/2020

Com o objetivo de reverter o quadro de agressões ao meio ambiente, agravado pelo cenário inédito de desmatamento e das queimadas na região amazônica, lideranças políticas do campo da oposição, ativistas ambientais, ONGs, além de representantes de entidades religiosas, sindicais e do movimento estudantil, lançaram o Fórum Nacional Amplo em Defesa da Amazônia.

O grupo também é composto pelas frentes parlamentares em defesa do meio ambiente, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. A reunião, na Câmara dos Deputados, foi coordenada pelos líderes da Minoria e da Oposição, deputada Jandira Feghali (PCdoB-PR) e Alessandro Molon (PSB-RJ), respectivamente.

Uma das diretrizes aprovadas é que o fórum se torne um núcleo permanente de monitoramento da política ambiental no país e de atuação no tema na Câmara dos Deputados. Segundo Jandira Feghali ressaltou que é preciso reverter a crise gerada pelas medidas adotadas pelo governo federal, cuja repercussão internacional ameaça nossa soberania.

Os integrantes do Fórum cobraram a exoneração imediata do ministro Ricardo Salles, apontado que o incidente com a Amazônia mostra a incapacidade do titular da pasta de gerir as políticas ambientais relacionadas ao futuro do país.

A importância da Frente Parlamentar Ambientalista para a preservação das Unidades de Conservação do Brasil

27/05/2020

Num momento tão turbulento, como este que atravessamos, o trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista tem sido um espaço de democracia, dialogo e expressão da sociedade brasileira no que tange as questões ambientais, sanando um anseio da sociedade em defender e ajudar a construir as bases de fortalecimento para a proteção do nosso patrimônio natural.

Um exemplo disso foi o encontro realizado no final de junho para tratarmos sobre a reestruturação do ICMBio, um tema particularmente preocupante, uma vez que altera a configuração do principal órgão de gestão das unidades de conservação do Brasil e, na conjuntura em que foi apresentada, enfraquece enormemente a proteção do patrimônio natural brasileiro., pois trata, sem pudor e sem critério técnico, da simples diminuição de cargos de chefia de UCs, por meio da criação de NGIs (Nucleo de Gestão Integrada), diante de uma alegada economia de recursos. Embora tais instrumentos tenham sua utilidade e relevância, não podem e não devem ser multiplicados de forma simplista e aleatória, como se fossem a solução de todos os problemas, sem levar em conta aspectos fundamentais dos territórios em questão.

É de conhecimento público e notório que nosso país atravessa um dos períodos mais turbulentos de nossa história no que se refere ao tema ambiental. Dia após dia, acompanhamos nos jornais as perdas sofridas através do desmatamento, queimadas, invasões e também das frequentes tentativas de enfraquecimento da legislação e desmonte das instituições que deveriam zelar pelo nosso patrimônio natural.

Assim, é com muita preocupação que acompanhamos a atual proposta de reestruturação do ICMBio e suas possíveis consequências para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Somente nas últimas semanas foram mais de 40 exonerações de chefias, diminuição das Coordenações Regionais e a ocupação de cargos estratégicos por perfis com total desconhecimento técnico. É fundamenta que diante desse quadro, a sociedade brasileira tome conhecimento dos fatos e reaja as ameaças pelo qual o patrimônio natural de nossa sociedade passa.

Vídeo: https://youtu.be/iqdFBS_M5G0

A presença dos diversos setores da sociedade durante aquele debate, inclusive do MPF, com o Coordenador do GT de Unidades de Conservação do MPF, Dr. Leandro Mitidieri, além de promover o debate, trouxe também o caráter pratico, de ações em defesa das nossas UCs e foi fundamental para melhor embasamento da sociedade e divulgação na imprensa.

Fato semelhante ocorreu também em outubro, quando novamente o tema das UCs foi posto em debate, desta vez tratando do (pífio) orçamento para as autarquias do MMA para o próximo ano. Novamente foi no espaço promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista que a sociedade teve voz, concretizando ainda mais sua relevância para a defesa da natureza e da democracia brasileira.

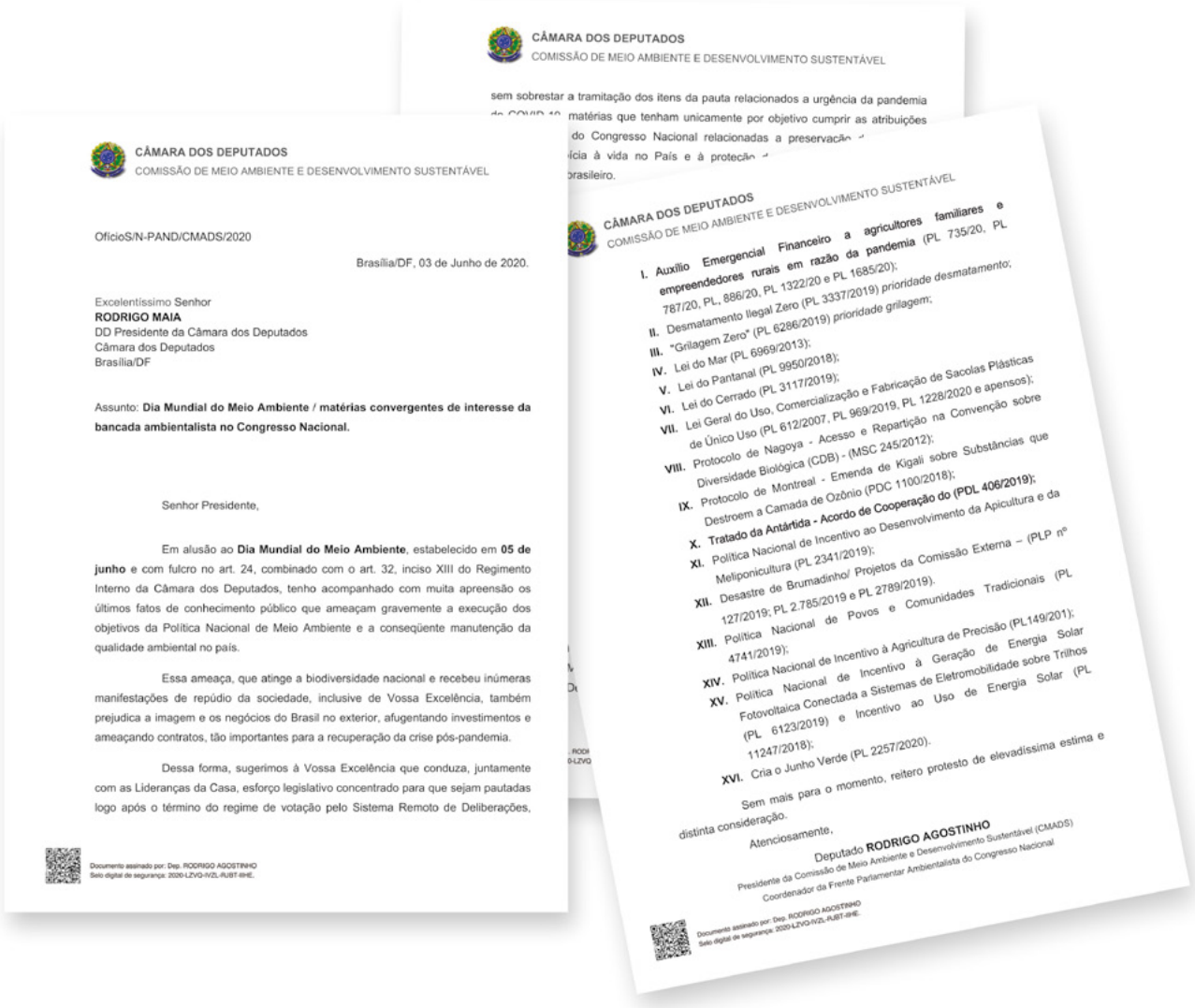
Angela Kuczach
Bióloga e Diretora Executiva da Rede Nacional Pro Unidades de Conservação – membro da Coalizão Pro UCs

Semana do Meio Ambiente

03/06/2020

Na Semana do Meio Ambiente, o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB/SP), protocolou ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, elencando e solicitando que 16 propostas legislativas fosse levadas para apreciação do Plenário. Dentre as mais importantes, o projeto de lei que trata do desmatamento ilegal zero.

Vídeo: https://youtu.be/ErgbrC6Ibd8



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OficioS/N-PAND/CMADS/2020

Brasília/DF, 03 de Junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
RODRIGO MAIA
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Assunto: **Dia Mundial do Meio Ambiente / matérias convergentes de interesse da bancada ambientalista no Congresso Nacional.**

Senhor Presidente,

Em alusão ao **Dia Mundial do Meio Ambiente**, estabelecido em **05 de junho** e com fulcro no art. 24, combinado com o art. 32, inciso XIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tenho acompanhado com muita apreensão os últimos fatos de conhecimento público que ameaçam gravemente a execução dos objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente e a conseqüente manutenção da qualidade ambiental no país.

Essa ameaça, que atinge a biodiversidade nacional e recebeu inúmeras manifestações de repúdio da sociedade, inclusive de Vossa Excelência, também prejudica a imagem e os negócios do Brasil no exterior, afugentando investimentos e ameaçando contratos, tão importantes para a recuperação da crise pós-pandemia.

Dessa forma, sugerimos à Vossa Excelência que conduza, juntamente com as Lideranças da Casa, esforço legislativo concentrado para que sejam pautadas logo após o término do regime de votação pelo Sistema Remoto de Deliberações,

Documento assinado por: Dep. RODRIGO AGOSTINHO
Selo digital de segurança: 2020-LZVG-IVZL-RJ8T-IIHE.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

sem sobrestar a tramitação dos itens da pauta relacionados a urgência da pandemia
matérias que tenham unicamente por objetivo cumprir as atribuições
do Congresso Nacional relacionadas a preservação
ícia à vida no País e à proteção
brasileiro.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

I. **Auxílio Emergencial Financeiro a agricultores familiares e empreendedores rurais em razão da pandemia** (PL 735/20, PL 787/20, PL, 886/20, PL 1322/20 e PL 1685/20);
II. Desmatamento Ilegal Zero (PL 3337/2019) prioridade desmatamento;
III. "Grilagem Zero" (PL 6286/2019) prioridade grilagem;
IV. Lei do Mar (PL 6969/2013);
V. Lei do Pantanal (PL 9950/2018);
VI. Lei do Cerrado (PL 3117/2019);
VII. Lei Geral do Uso, Comercialização e Fabricação de Sacolas Plásticas de Único Uso (PL 612/2007, PL 969/2019, PL 1228/2020 e apensos);
VIII. Protocolo de Nagoya - Acesso e Repartição na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) - (MSC 245/2012);
IX. Protocolo de Montreal - Emenda de Kigali sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (PDC 1100/2018);
X. **Tratado da Antártida - Acordo de Cooperação do (PDL 406/2019);**
XI. Política Nacional de Incentivo ao Desenvolvimento da Apicultura e da Meliponicultura (PL 2341/2019);
XII. Desastre de Brumadinho/ Projetos da Comissão Externa – (PLP nº 127/2019; PL 2.785/2019 e PL 2789/2019).
XIII. Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PL 4741/2019);
XIV. Política Nacional de Incentivo à Agricultura de Precisão (PL149/201);
XV. Política Nacional de Incentivo à Geração de Energia Solar Fotovoltaica Conectada a Sistemas de Eletromobilidade sobre Trilhos (PL 6123/2019) e Incentivo ao Uso de Energia Solar (PL 11247/2018);
XVI. Cria o Junho Verde (PL 2257/2020).

Sem mais para o momento, reitero protesto de elevadíssima estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Deputado **RODRIGO AGOSTINHO**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional

Documento assinado por: Dep. RODRIGO AGOSTINHO
Selo digital de segurança: 2020-LZVG-IVZL-RJ8T-IIHE.

Frente Parlamentar está empenhada na proteção dos oceanos

10/06/2020

As muitas leis aplicáveis ao meio ambiente marinho falham por serem fragmentadas e setorizadas, quando deveriam ser integradas e prever uma abordagem ecossistêmica para governar o oceano no Brasil.

Nesse sentido, a Frente Parlamentar Ambientalista realizou reunião virtual para debater o Projeto de Lei 6.969/2013, que tramita desde 2013 na Câmara dos Deputados e busca instituir a Política Nacional para Uso e a Conservação do Bioma Marinho. Da reunião participaram os parlamentares, Deputado Rodrigo Agostinho (Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista), Deputado Tulio Gadelha (Relator do Projeto de Lei), Deputado Ted Conti (Coordenador do GT Mar) e o Deputado Alessandro Molon, atual autor do projeto de lei.

Vídeo: https://youtu.be/Ax_-q6GqM4s

A reunião da Frente Parlamentar Ambientalista contou com o apoio e a participação de integrantes do Painel Mar, da Fundação SOS Mata Atlântica, da Liga das Mulheres pelos Oceanos, da Comissão Pastoral dos Pescadores, da Comissão de Reservas Extrativistas Marinhas e de representantes de Universidades.

Os parlamentares manifestaram interesse em aprovar o projeto de lei, e ampliar ainda mais a participação social para a construção de um texto robusto. Segundo o Deputado Rodrigo Agostinho "A Lei do Mar não proíbe nada, mas é um projeto para o planejamento estratégico do mar brasileiro, ainda incipiente no Brasil".

No evento foram discutidas formas de aprimorar o texto, e envolver vários atores nessa discussão. O processo foi, desde o início, articulado com outras entidades da sociedade civil e representantes de organizações não-governamentais, representantes de diferentes ministérios, comunidades de pesca artesanal, setor privado (óleo e gás, pesca industrial e energia) e movimentos socioambientais. E segue aberto para o debate, até ser apresentado no plenário da Câmara dos Deputados.

Leandra Gonçalves
Pesquisadora de pós-doutorado da Universidade de São Paulo

Preservação e combate ao desmatamento no Brasil

17/06/2020

Vídeo: https://youtu.be/xCQQN0UGH6o

Em sessão on-line inédita, fizeram- se presentes os parlamentares integrantes da Frente Ambientalista das duas casas legislativas federais, **Senado e Câmara dos Deputados**, e ainda representantes de entidades ambientais e da sociedade civil.

Embora convidado a debater o plano de combate ao desmatamento na Amazônia nesta reunião o **Vice-presidente e Líder do Conselho da Amazônia Hamilton Mourão** não compareceu.

Em alusão a preservação ambiental somente no mês de maio deste ano o desmatamento na região Amazônica cresceu 34% de acordo com o Último levantamento divulgado pelo INEP.

Dentre as pautas da Reunião foi questionada a ineficiência do atual Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e falta de transparência sobre as ações do plano Nacional de Combate ao desmatamento.

Retomada verde pós-pandemia

24/06/2020

Vídeo: https://youtu.be/qRT2-A8OEpM

A nova fase da economia após a pandemia do Covid-19 contempla a preservação ambiental com caráter público, em que os agentes econômicos empresas, famílias e governo têm atribuição na retomada verde. Todas as ações de recuperação da economia em meio e após a pandemia devem visar a diminuição da pobreza extrema e boas praticas ambientais. Os governos têm papel fundamental na retomada das economias dos países, e a agenda das novas tecnologias no cenário de disrupções devem visar a nova organização social de forma sustentável. Ao Brasil fica a tarefa de atender o mercado mundial com as novas exigências dos consumidores a produtos verdes com certificação sanitária e procedência.

A caça e os maus-tratos aos animais

01/07/2020

A sinalização dada pelo governo no sentido do abrandamento e flexibilização, em geral, da legislação ambiental, tem proporcionado péssimo resultado no país, especialmente, para a fauna que tem sofrido com a caça indiscriminada, o tráfico e a depredação de seus habitats.

Vídeo: https://youtu.be/Q_uC-i1GFDE

Entidades, como a Associação Mata Ciliar, têm passado por uma situação extremamente crítica nesse sentido, porque sofrem diretamente por estarem na ponta da linha no recebimento dos animais silvestres, vítimas dessas ações predatórias. O atendimento em Jundiaí no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS – quadruplicou de uma média de 10 animais recebidos por dia, que já era considerado muito, para uma média de 45 animais por dia nos últimos meses!

Isso mostra claramente que se as políticas públicas relacionadas à proteção ambiental não forem revistas e endurecidas, inúmeras espécies correm o risco de desaparecerem em pouco tempo, vítimas do descaso e da impunidade!

Cristina Harumi
Médica veterinária
Coordenadora de Fauna
da Associação Mata Ciliar

Reforma tributária verde

08/07/2020

O sistema tributário é uma das principais ferramentas econômicas que podem alavancar ou embarreirar investimentos para uma nova economia convergente com nossas metas ambientais e climáticas. Ele deve ser reformulado de forma que, por um lado, possamos incentivar o desenvolvimento de produtos, serviços e atividades econômicas de baixas emissões de carbono e, por outro, deixemos de drenar recursos públicos para subsidiar as que vão em sentido contrário, e que, nesse novo cenário econômico, resultam em desvantagem competitiva.

Defendemos um sistema tributário com regras simples, socialmente justo, que caminhe para uma diminuição gradativa de incentivos injustificáveis e carga tributária e que, ao mesmo tempo, nos permita transitar para uma economia de baixas emissões de carbono, que gere novos e mais empregos verdes, sustentáveis e bem-estar à população.

No GT Reforma Tributária Sustentável, da Frente Parlamentar Ambientalista apresentamos para o debate um conjunto de nove propostas que visam aperfeiçoar os textos em discussão na Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária. As propostas foram formuladas por um conjunto de 12 organizações (e redes) da sociedade civil coordenadas pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), no âmbito do GT Socioambiental da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), em colaboração ao trabalho da frente parlamentar Ambientalista.

Ela contém: princípios gerais ambientais para a política tributária, critérios de governança climática e ambiental para distribuição dos recursos arrecadados pelo novo tributo (IBS), reforço da governança climática e ambiental local, a tributação sem aumento de carga tributária de emissões de gases de efeito estufa e sobre externalidades ambientais negativas, a vedação a novos incentivos incompatíveis com metas de redução de emissões de CO_2, dentre outras propostas para enriquecer o debate no parlamento e sinalizar rumo a uma Reforma Tributária Sustentável.

Temos imensa vantagem comparativa e competitiva no acesso a fontes renováveis de energia, enorme potencial para ampliar a produção de alimentos com baixa emissão de carbono, inclusive com "desmatamento zero" e amplo espaço para desenvolver uma indústria biotecnológica, que ofereça ao mundo, a partir da biodiversidade e conhecimentos locais tradicionais, produtos e soluções que a um só tempo tenham escala e sejamsustentáveis no uso de recursos naturais. Saneamento, reciclagem de resíduos, biotecnologia, sistemas produtivos agroecológicos, orgânicos e agroflorestais, produção nacional e local de bioinsumos, ecoturismo, restauração florestal, pagamentos por serviços ambientais, para não falar das atividades já em consolidação como a produção de biocombustíveis e energia renovável (solar e eólica), e infraestrutura e transporte sustentável e de baixo carbono, são algumas das atividades econômicas que compõem uma "cesta básica", um potencial CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) "Verdes", com alta perspectiva de geração de prosperidade econômica sustentável.

As 9 propostas para Reforma Tributária Sustentável foram lançadas em evento da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional ocorrida em 25 de agosto de 2020.

Conheça cada uma das nove propostas:
http://estafaltandoverde.org.br/

André Lima
Advogado, coordenador do Projeto Radar Clima & Sustentabilidade do IDS.

Vídeo: https://youtu.be/xR20vQdWABM

A importância da reciclagem para o país

15/07/2020

Para Valéria Michel, presidente do CEMPRE, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) teve grandes avanços nesses 10 anos de existência, mas muito ainda precisa ser feito para sua efetiva implementação. Ela destaca a importância da difusão do conceito de responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos, com a participação dos diversos elos da cadeia da reciclagem: indústria, comércio, distribuidores, consumidores, catadores, poder público, e sociedade civil, em geral.

No evento realizado em parceria com a Frente, em julho de 2020, Valéria ressaltou também que a desoneração tributária, com a criação de incentivos fiscais para a indústria recicladora e para as empresas que investem em economia circular é essencial para o aumento dos índices de reciclagem no país, juntamente com a ampliação de políticas públicas voltadas para educação ambiental dos consumidores e valorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Encontro das Frentes Parlamentares Ambientalistas (Federal e Estaduais)

22/07/2020

Os coordenadores das frentes parlamentares ambientalistas nos estados participaram de evento promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista. Dentre os assuntos debatidos no evento estavam o desmonte ambiental promovido pelo governo federal. Participaram os coordenadores das frentes parlamentares ambientalistas: Leandro Grass (REDE/DF), Marcelino Galo (PT/BA), Acrisio Sena (PT/CE), Goura (PDT/PR), Doutor Jean Freire (PT/MG) e Edegar Preto (PT/RS).

Vídeo: https://youtu.be/H_oAHHKAwvM

Que mundo queremos?

A Frente Parlamentar Ambientalista de São Paulo completou um ano de existência com diálogo, participação popular e muitos resultados. Atuando em parceria concreta e intensa com as organizações sociais e com as universidades desde sua estruturação, a Frente Ambientalista paulista conta com quase 200 participantes em seus cinco GTs, atuando fortemente nas pautas das mudanças climáticas, de segurança hídrica, saneamento básico, resíduos sólidos, racismo ambiental, implementação do Código Florestal em SP (Programa de Regularização Ambiental), combate aos incêndios florestais, dentre outros, promovendo diálogos em eventos públicos (seminários, audiências públicas, diálogos/debates), enquetes, levantamentos e inventários, contando com ampla participação da sociedade. Os encaminhamentos destas articulações foram realizados por meio de projetos de lei, requerimentos de informação, moções e indicações ao governo estadual e a órgãos e instituições públicas e concessionárias de serviços públicos, melhorando e aperfeiçoando ações e políticas públicas.

Marina Helou
Deputada Estadual - REDE/SP
Coordenadora da Frente
Ambientalista - SP

Webinário Plano Nacional de Resíduos Sólidos

28/07/2020

Em 2020, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) completou 10 anos de vigência. Um marco relevante para um tema importantíssimo para o país, que recupera uma parcela muito pequena dos resíduos gerados todos os dias. Para buscar caminhos e estratégias para implementação efetiva da PNRS nos próximos 10 anos, as Frentes Parlamentares Ambientalistas Mista do Congresso Nacional e do Estado de São Paulo organizaram, em Julho, o Seminário PNRS 2030, contando com o apoio e participação de organizações sociais, movimentos e coletivos.

Atuação do BNDES em resposta à pandemia

04/08/2020

Vídeo: https://youtu.be/TohvJ1oNBGY

A Frente Parlamentar Ambientalista recebeu carta aberta elaborada por organizações da sociedade civil em que cobram do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) medidas concretas para evitar o financiamento de quem desmata florestas irregularmente no Brasil.

A carta, assinada por mais de 50 organizações, entre elas o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Conectas Direitos Humanos e Observatório do Clima, também pede ao banco a retomada da aplicação de mais de R$ 2 bilhões parados no Fundo Amazônia, Fundo Clima e Fundo Social.

O documento foi discutido em live promovida pela Frente Ambientalista com o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho; com o presidente da Associação dos Funcionários do BNDES, Arthur Koblitz; com a assessora política do Inesc Alessandra Cardoso; e com o coordenador do Portfólio de Economia de Baixo Carbono (ICS), Gustavo Pinheiro.

Licenciamento Ambiental, Cadastro Ambiental Rural e Mudanças Climáticas

05/08/2020

Vídeo: https://youtu.be/J_nEG0mSIqU

A Frente Parlamentar Ambientalista e a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) discutiu as regras do licenciamento ambiental e a situação atual do Cadastro Ambiental Rural no Brasil. O encontro virtual debateu ainda soluções para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Objetivo é suprir carência de articulação nacional na área de meio ambiente e votar propostas que ajudem o setor. Diante de crise na articulação nacional das políticas ambientais, a Frente Parlamentar Ambientalista reuniu ações em curso em vários estados para a melhoria dos instrumentos de licenciamento ambiental, de mitigação das mudanças climáticas e de efetiva implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Incentivo à energia limpa

12/08/2020

Essa reunião foi uma Iniciativa conjunta com a Frente Parlamentar Mista em Apoio aos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis da ONU.

Durante o evento foram discutidos temas relacionados ás iniciativas e as ações em prol do desenvolvimento sustentável da geração solar distribuída, produção de energia eólica off-shore e terrestre, e os entraves econômicos e legais para avanço do tema no país.

Vídeo: https://youtu.be/CUbfMqrpE0Q

Instituições de controle e políticas ambientais

19/08/2020

Nesta reunião foi apresentado o estudo sobre a atuação do TCU e CGU em relação às Unidades de Conservação e Código Florestal.

Vídeo: https://youtu.be/6VHeKhS7SVI

Este estudo foi realizado pelo Observatório do TCU da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo Imaflora e pelo WWF-Brasil, e revela a expressiva atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU) em questões ambientais e demonstra que suas decisões não só produzem informações e recomendações relevantes, como também induzem mudanças na legislação e na administração pública. Para chegar a essa conclusão, um grupo de nove pesquisadores analisou um total de 363 acórdãos e relatórios de auditoria, entre os anos de 2000 a 2020, com foco nas atividades relativas ao Código Florestal (Lei Federal 12.651/12) e ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei Federal 9985/00).

Clarissa Presotti
Analista de Políticas Públicas do WWF-Brasil

Lançamento da campanha: Reforma Tributária Sustentável

25/08/2020

O sistema tributário é uma das principais ferramentas econômicas que podem alavancar ou embarreirar investimentos para uma nova economia convergente com nossas metas ambientais e climáticas. Ele deve ser reformulado de forma que, por um lado, possamos incentivar o desenvolvimento de produtos, serviços e atividades econômicas de baixas emissões de carbono e, por outro, deixemos de drenar recursos públicos para subsidiar as que vão em sentido contrário, e que, nesse novo cenário econômico, resultam em desvantagem competitiva.

Defendemos um sistema tributário com regras simples, socialmente justo, que caminhe para uma diminuição gradativa de incentivos injustificáveis e carga tributária e que, ao mesmo tempo, nos permita transitar para uma economia de baixas emissões de carbono, que gere novos e mais empregos verdes, sustentáveis e bem-estar à população.

Nessa reunião foram apresentadas nove propostas que visam aperfeiçoar os textos em discussão na Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária. As propostas foram formuladas por um conjunto de 12 organizações (e redes) da sociedade civil coordenadas pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), no âmbito do GT Socioambiental da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), em colaboração ao trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista.

Ela contém: princípios gerais ambientais para a política tributária, critérios de governança climática e ambiental para distribuição dos recursos arrecadados pelo novo tributo (IBS), reforço da governança climática e ambiental local, a tributação sem aumento de carga tributária de emissões de gases de efeito estufa e sobre externalidades ambientais negativas, a vedação a novos incentivos incompatíveis com metas de redução de emissões de CO2, dentre outras propostas para enriquecer o debate no parlamento e sinalizar rumo a uma Reforma Tributária Sustentável.

Vídeo: https://youtu.be/bV9n5s9gPeE

Agrotóxicos e a Reforma Tributária

26/08/2020

O Brasil segue quebrando recordes negativos com o maior volume de liberações de novos tipos de agrotóxicos por parte do Governo Federal. Durante o ano de 2020, foram 269 novos produtos liberados até agosto, perdendo apenas para o ano de 2019 em autorizações. Apenas no período do governo Bolsonaro, já foram mais de 750 agrotóxicos autorizados, disparadamente o recorde histórico.

O compromisso de Bolsonaro com os venenos é uma conta que ele paga pelo apoio político, econômico e eleitoral recebido dos setores mais predatórios e atrasados do agronegócio brasileiro. Infelizmente, a saúde dos brasileiros é usada como algo descartável nesse jogo de poder.

Portanto, a resistência social composta por organizações da sociedade civil, acadêmicos, parlamentares, agricultores familiares, movimentos do campo e os movimentos ambientalistas cumpre um papel fundamental para que o estrago não tenha sido ainda maior.

Um exemplo da força dessa mobilização foi a pressão para que a Anvisa não revisasse seu parecer pelo banimento do Paraquat, um dos agrotóxicos mais letais do mundo, banido em mais de 50 países e que o agronegócio ligado a Bolsonaro e à ministra Tereza Cristina quis dar um golpe e torná-lo de uso legal no Brasil. Ainda que posteriormente, em uma atitude muito suspeita, a Anvisa tenha permitido a desova dos estoques existentes. Tivemos uma vitória parcial, portanto, o que mostra termos muito a fazer.

No Congresso Nacional, a pandemia da Covid-19 alterou profundamente os ritos da atividade parlamentar e as arenas de debates foram transferidas para o âmbito virtual. Se por um lado isso prejudicou a tramitação de projetos de lei, por outro ampliou a possibilidade de mais pessoas participarem de encontros online, trazendo para a luta movimentos e militantes que não tinham o hábito de acompanhar as atividades em Brasília.

As dezenas de atividades da Frente Parlamentar Ambientalista em 2020 comprovam o êxito dessa estratégia.

Portanto, nesse momento em que o mundo debate o conceito de "novo normal", precisamos assumir a tarefa de canalizar essa energia obtida com a expansão das nossas ações e de nossa área de influência para conseguirmos conscientizar a sociedade e o conjunto do Congresso Nacional para que em 2021 possamos avançar rumo à aprovação da PNARA – Política Nacional de Redução de Agrotóxicos.

Essa pauta é uma das mais sensíveis para o agronegócio impor seu discurso patrocinado com milhões em campanhas de marketing dizendo que "o agro é pop". Afinal de contas, quando a população é informada sobre os perigos para a saúde humana e animal da exposição aos agrotóxicos, não apoia que centenas de venenos cheguem a sua mesa ou de sua família.

Precisamos construir um consenso na sociedade de que além de disputas ideológicas ou de posições políticas, a saúde da população esteja em primeiro lugar. Essa não é uma bandeira da esquerda ou da direita. É de todos que sonham e constroem um mundo mais justo, sustentável e saudável. Lutarei para que este tema esteja no centro de nossa intervenção política em 2021 nas batalhas em defesa da vida e do Meio Ambiente.

Nilto Tatto
Deputado Federal - PT/SP

Coordenou a Frente Parlamentar Ambientalista em 2019 e presidiu a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Atualmente é o coordenador da Frente Parlamentar Mista pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

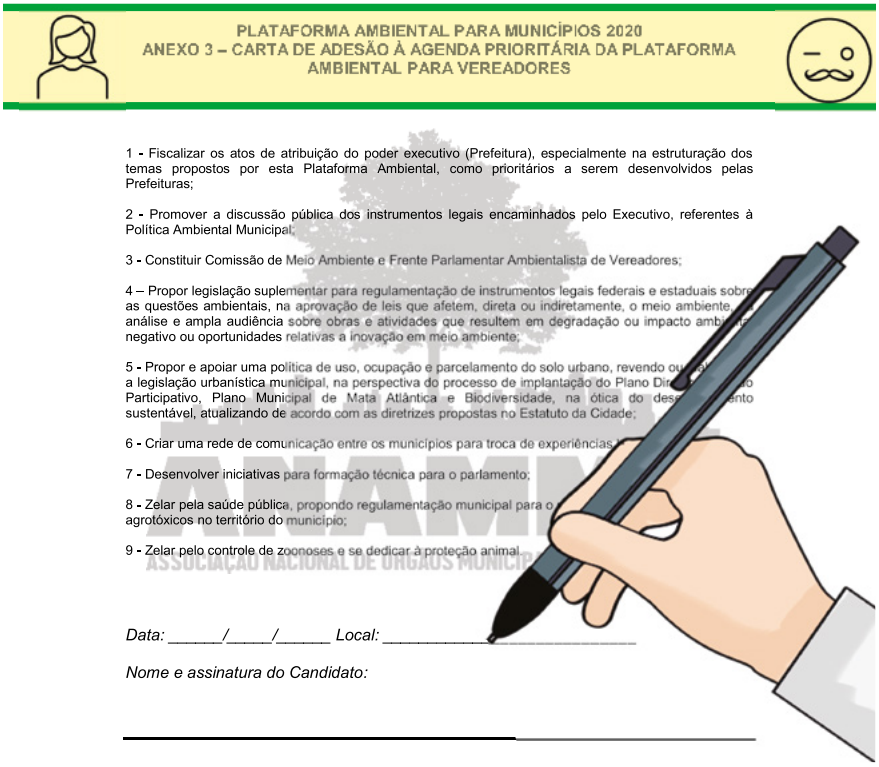
Vídeo: https://youtu.be/G6B8FvcrlgQ

Eleições municipais: lançamento da Plataforma Ambiental para eleitores e candidatos

02/09/2020

A Frente Parlamentar Ambientalista, a SOS Mata Atlântica e a ANAMMA apresentaram à sociedade, aos candidatos e candidatas às eleições municipais de 2020 a Plataforma Ambiental aos Municípios, com um conjunto de ações para construção de uma agenda ambiental forte nos municípios, voltada ao desenvolvimento sustentável, inclusivo e duradouro.

Vídeo: https://youtu.be/9VnPkelHDtY



Convergências para o Cerrado

09/09/2020

O bioma brasileiro mais ameaçado e o segundo com o maior número de animais em extinção é detentor das maiores taxas proporcionais de desmatamento e queimadas irregulares no Brasil. O Cerrado perdeu mais da metade de sua vegetação nativa em 30 anos.

O evento reuniu pesquisadores, representantes da sociedade civil e parlamentares que, além de colocarem um panorama preocupante sobre o impacto das mudanças no uso da terra e mudanças climáticas já relacionadas à savana brasileira, apontaram riscos socioambientais e econômicos para o Brasil e países vizinhos caso propostas políticas já existentes para a proteção do bioma e seus povos não sejam implementadas.

"A perda de biodiversidade está associada a perda de serviços ecossistêmicos. A agricultura brasileira é alimentada em maior parte pelas chuvas, com o crescimento do desmatamento e das queimadas, essas chuvas tendem a diminuir, e já vemos eventos de secas. Isso é um alerta para o futuro que nos aguarda se não revertermos esse processo", alertou o professor da Universidade de Brasília (UnB) e especialista no Cerrado, Dr. Bráulio Dias.

As implicações sociais, econômicas e ambientais da devastação do Cerrado estão associadas ao avanço de maneira desordenado da mineração, agropecuária e dos grandes projetos de infraestrutura, além da invasão de espécies exóticas e dos incêndios criminosos. Os especialistas sinalizaram que a falta de vontade política para a aprovação de projetos de lei que ampliem a proteção do Cerrado e seus povos potencializa essas ameaças.

Entre os projetos que tramitam no Congresso, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição 504/2010 conhecida como "PEC do Cerrado e da Caatinga". Ela propõe a inclusão dos biomas no rol de Patrimônios Nacionais. O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Dep. Rodrigo Agostinho, também citou o Projeto de Lei 3338/2019, o "PL do Cerrado", que dispõe sobre a conservação, o uso sustentável e a restauração da vegetação nativa do bioma. Os debates deixam claro que as políticas devem considerar os povos e as comunidades tradicionais e agricultores familiares. O assessor em políticas públicas do ISPN, Guilherme Eidt, destacou que essas populações promovem em seus territórios meios de vida que propiciam o uso sustentável dos recursos da natureza e alcançam resultados expressivos para manutenção dos ecossistemas, a conservação da biodiversidade e a regulação do clima. Para o assessor, o reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados é um dos pontos centrais no debate em torno da aprovação do PL do Cerrado. Eidt ainda sinalizou ganhos socioambientais, políticos e econômicos na busca de convergências para a conservação do Cerrado. "Trata-se de uma responsabilidade que deve ser compartilhada por produtores agrícolas, consumidores, traders, frigoríficos, redes varejistas, fornecedores de insumos.

Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida
Public Policy Advisor in the Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN

Vídeo: https://youtu.be/kLO5sCCp9RA

Fogo: controle, prevenção e manejo integrado

16/09/2020

Vídeo: https://youtu.be/AvDnH98bQxg

Cientistas reunidos pela Frente Parlamentar Ambientalista alertaram que o fogo recorde no Pantanal e a expansão das queimadas na Amazônia e no Cerrado exigem medidas emergenciais imediatas e prevenção efetiva para futuros fenômenos extremos de seca. A ação imediata é apagar incêndios, e segundo coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Dep. Rodrigo Agostinho (PSB-SP), controlar e cessar os incêndios em vegetação nativa é imenso desafio para o poder público e para a sociedade civil. Segundo Agostinho, um dos projetos prioritários para votação no Congresso Nacional é o que estabelece uma política nacional de manejo integrado do fogo.

Câmara dos Deputados: diligência para averiguar as queimadas no Pantanal

17/09/2020

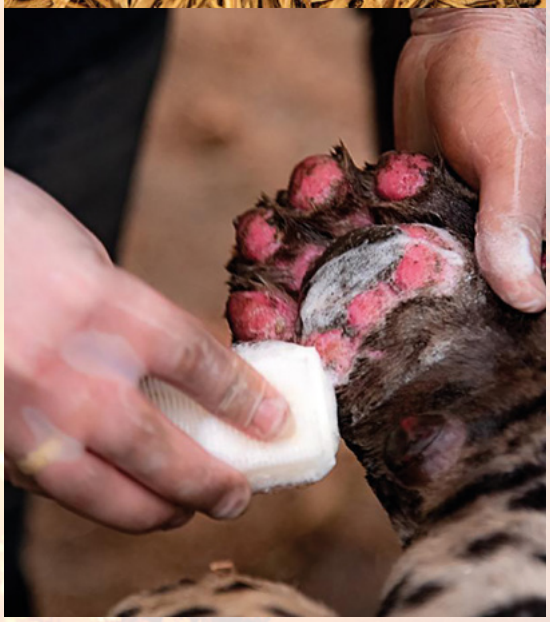
Devido ao triste e caótico cenário dos incêndios no Pantanal, uma comissão externa composta por deputados e senadores foi composta e alguns parlamentares realizaram visitas às áreas no Pantanal. Foi unanime a omissão do estado (municípios, estados e governo Federal). **Na diligência os parlamentares Dep. Rodrigo Agostinho (PSB-SP);**

Dep. Professor Israel Batista (PV-DF), Dep. Nilto Tatto (PT-SP), Dep. Prof. Rosa Neide (PT-MT), Dep. Paulo Teixeira (PT-SP) visitaram as localidades atingidas pelos incêndios florestais. O grupo se reuniu com entidades, bombeiros e gestores em busca de soluções para a emergência ambiental. O fogo já consumiu mais de 2 milhões de hectares do Pantanal. "Vimos a vegetação toda destruída pelo fogo, a fauna desesperada por água e comida. Qualquer pocinha de água está sendo super disputada. Muitos voluntários agindo sem qualquer organização. Ausência total de governo federal e estadual", afirmou o Dep. Rodrigo Agostinho. A Dep. Prof. Rosa Neide também apontou a ausência do governo federal no socorro à região.

O Pantanal em chamas

23/09/2020

Vídeo: https://youtu.be/-EjMG8pAAg4



Vivemos um momento atípico e que colocou todo o sistema e pessoas a prova. Temos perdas irreparáveis no bioma Pantanal certamente jamais será mensurada, e todas as iniciativas pautadas pela Frente Parlamentar Ambientalista cientificam e sobrem o homem pantaneiro serão fundamentais para que a gente possa de fato assegurar a proteção desse Bioma. Precisamos estabelecer urgentemente mecanismos de incentivos que possibilite apoio ao homem pantaneiro, por meio de processo que efetivamente possam dar a ele linha de credito mais acessível para que de fato ele continue protegendo o bioma ao longo da sua historia com mais de 300 anos.

Cel. Ângelo Rabelo
Diretor do Instituto
Homem Pantaneiro
PMMS

A retomada verde e o setor empresarial

30/09/2020

Vídeo: https://youtu.be/15aWcLa6pl4

O GT de Empresas da Frente Parlamentar Ambientalista é uma excelente oportunidade para a discussão conjunta, parlamento e empresas, de assuntos prioritários da pauta da sustentabilidade do país, tais como: água – proteção e revitalização de bacias hidrográficas, matas ciliares e nascentes; biotecnologia – avanços tecnológicos que assegurem a preservação do meio ambiente - nanotecnologia, bioquímica, fármacos e cosméticos a base de produtos naturais/vegetais; energia limpa – a matriz energética do futuro e resíduos sólidos – assegurar a destinação adequada dos resíduos. O deputado federal Otto Alencar Filho (PSD/BA) é o coordenador do grupo de trabalho.

E o papel do CONAMA?

07/10/2020

Vídeo: https://youtu.be/0TXmJ6Ljch8

Nesse encontro foi discutido as mudanças na composição do Conama e a recente revogação de resoluções do conselho. Segundo o ex-ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho, o Conselho Nacional do Meio Ambiente deixou de ser nacional quando 22 estados foram retirados de sua composição. Na opinião do ex-ministro, até mesmo a União está sub-representada no Conselho Nacional do Meio Ambiente, pois nem todos os ministérios que tocam no tema meio ambiente estão ali. Antes da mudança, o Conama tinha 96 titulares; hoje, tem 23 membros. As ONGs, que tinham 22 vagas, ficaram com apenas 4. Essa baixa representatividade só abre brechas para que o atual governo realize desmandos e revogações perigosas que impactam de forma imensurável o meio ambiente e a sobrevivência de todos os seres vivos.

Bioinsumos: uma alternativa biológica na produção de alimentos

14/10/2020

Vídeo: https://youtu.be/gWF4Xiwe7xE

O objetivo desse encontro foi discutir as oportunidades para desenvolvimento de bioinsumos a partir de tecnologias já existentes que permitirão expandir o setor agrícola, aumentar a qualidade dos produtos e contribuir para a conservação dos ecossistemas.

Bioinsumos são insumos de origem animal, vegetal, microbiana e até mineral, que interferem positivamente no desenvolvimento e produção agropecuária. Os principais bioinsumos são à base de microrganismos (vírus, bactérias e fungos), mas também existem vários macro-organismos (insetos benéficos, predadores, parasitoides, ácaros predadores, etc.), semioquímicos (feromônios) e bioquímicos, tendo todos uma importância enorme na busca de uma produção agrícola mais dinâmica, sistêmica e que respeite o meio ambiente.

Apresentação do relatório: O Ar é Insuportável

21/10/2020

Em agosto, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), e a Human Rights Watch lançaram um contundente relatório conjunto sobre como as queimadas associadas ao desmatamento desenfreado na Amazônia brasileira estão intoxicando o ar que milhões de pessoas respiram e afetando a saúde na região.

O relatório "O Ar é Insuportável" utiliza dados oficiais de saúde e meio ambiente para estimar internações hospitalares por doenças respiratórias atribuíveis às queimadas em 2019.

Vídeo: https://youtu.be/gWF4Xiwe7xE

A opção por não fazer política ambiental e seus reflexos no orçamento

28/10/2020

O governo Bolsonaro assumiu em 2019 com um orçamento aprovado pelo governo que o antecedeu. Nos programas e ações orçamentárias a cargo do Ministério do Meio Ambiente e suas autarquias, os valores disponíveis seguiam o padrão do ano anterior. A antipolítica ambiental em curso neste governo apresenta reflexos, primeiramente, na baixíssima execução orçamentária do MMA-Administração Direta em 2019. Relatório de auditoria da Controladoria Geral da União apontou os seguintes percentuais de liquidação nos três principais programas finalísticos do MMA-Administração Direta: Mudança do Clima: 13%; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade: 14%; e Qualidade Ambiental: 6%[1].

Em 2020, o primeiro ano com orçamento aprovado pelo próprio governo Bolsonaro, os valores disponíveis em ações orçamentárias relevantes para a política ambiental foram reduzidos: na ação orçamentária relativa à prevenção e controle dos incêndios florestais no Ibama (214M), a dotação inicial era 15% menor do que a de 2019; na ação orçamentária referente à fiscalização da autarquia (214N), 25% menor do que no ano anterior; na principal ação orçamentária finalística do Instituto Chico Mendes, relativa à gestão das áreas protegidas (20WM), 35% menor; na ação da autarquia que abrange fiscalização ambiental e também prevenção e controle de incêndios (214P), 53% menor.

Mesmo com esse quadro de recursos insuficientes, a marca de 2020 tem sido a baixa execução orçamentária, dessa vez ultrapassando o MMA-Administração Direta. No dia 17 de novembro, quase no fechamento do ano portanto, o Ibama havia liquidado na ação orçamentária da fiscalização apenas 43% da dotação inicial e 50% do valor efetivamente autorizado. Esses números levam a uma conclusão: as operações de fiscalização neste ano ocorreram em número aquém do necessário, com consequências negativas evidentes para a proteção ambiental.

Para 2021, os números continuam baixos nas quatro ações orçamentárias citadas, mas uma delas chama atenção especial: o Projeto da Lei Orçamentária (PLOA) para 2021 prevê na ação orçamentária 20WM, "Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais", 32% menos do que na dotação inicial de 2020, 56% menos do que na de 2019 e 64% a menos do que na de 2020, isso sem atualização monetária, que elevaria a diferença. Na prática, o Instituto Chico Mendes será inviabilizado no ano que vem: intentam matá-lo de inanição para justificar a fusão com o Ibama.

O desmonte da política ambiental, a opção pelo não fazer nesse campo de políticas públicas, continua a pleno vapor. Cabe ao Legislativo se opor a isso com firmeza!

Suely Araújo
Especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima e ex-Presidente do Ibama (2016-2018)

Vídeo: https://youtu.be/n_UbgnHr960

1 - Disponível em: https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/875381. Acesso em: 17/11/2020.

O Código Florestal nos estados

04/11/2020

A Frente Parlamentar Ambientalista discutiu a análise dos dados inseridos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma das etapas da implantação do Código Florestal. O código foi aprovado em 2011 e o cadastro é uma das suas principais inovações. Permite ao poder público gerir a ocupação e o uso do solo.

O debate foi uma parceria com o Observatório do Código Florestal, rede de organizações da sociedade civil. Especialistas da entidade apontam que a análise dos dados do CAR conta com alguns filtros automáticos, mas depende de verificação individual por analistas, o que demanda pessoal qualificado e tempo.

De acordo com a secretária-executiva do Observatório, Roberta del Giudice, apresentam pendências, por exemplo, 27% dos cadastros da Amazônia Legal, que correspondem a 80% da área da região.

Vídeo: https://youtu.be/NkN-AUil6_s

Plataforma ambiental para eleitores, candidatos a prefeitos e veradores

11/11/2020

A Frente Parlamentar Ambientalista discutiu propostas de desenvolvimento sustentável para eleitores e candidatos a prefeito e vereador. A Frente Ambientalista lançou em setembro, numa parceria com a ONG SOS Mata Atlântica e a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), a Plataforma Ambiental aos Municípios, com um conjunto de ações para construção de uma agenda ambiental para as cidades nas eleições deste ano. O debate teve a participação de gestores municipais, especialistas e representantes de organizações da sociedade civil.

Vídeo: https://youtu.be/NfPdm_pfbkQ

Reforma tributária sustentável

18/11/2020

A relação entre economia verde e a reforma tributária Participação – Frente Parlamentar Ambientalista, Frente Parlamentar da Economia Verde, Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e Frente Parlamentar Mista de Apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O debate contou com a participação de representantes de setores da indústria, de organizações ambientalistas e de gestores municipais.

Vídeo: https://youtu.be/zB7CKHrXVLc

Manejo Integrado do Fogo

25/11/2020

A Frente Parlamentar Ambientalista promoveu webinário temático sobre o Programa Nacional do Manejo Integrado do Fogo (MIF). O evento foi realizado em parceria com o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e o WWF Brasil.

Vídeo: https://youtu.be/kOmW_UtZsnk

A chegada das chuvas no centro-oeste brasileiro pôs fim aos incêndios no Pantanal e no Cerrado. Com participação de especialistas em ecologia, geoprocessamento e manejo ambiental, o evento vai discutir o emprego do MIF para a prevenção de novas crises.

O manejo integrado do fogo (MIF) é uma técnica que propõe o uso de queimadas controladas no início do período de seca para garantir a conservação e o uso sustentável de ecossistemas. Vem sendo testada pelo Ministério do Meio Ambiente desde 2014. Em 2019, o governo federal enviou projeto de lei ao Congresso para estabelecer uma política nacional de manejo integrado.

De acordo com especialistas, o fogo controlado pode reduzir a extensão das áreas queimadas por incêndios criminosos e a emissão de gases de efeito estufa.

Bioinsumos na agricultura familiar

02/12/2020

O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), incentivou a utilização de bioinsumos na agricultura familiar para combater pragas e doenças. Ele participou de debate promovido pelo Frente com especialistas do setor sobre o assunto.

Vídeo: https://youtu.be/0w36Wcph2ZI

Os bioinsumos são uma variada gama de organismos vivos que, devidamente manipulados, combatem os vetores de doenças. Na agricultura, eles aparecem como alternativa sustentável aos agrotóxicos químicos e registram rápida expansão no Brasil.

Para Agostinho, se as pessoas querem chegar na prateleira do supermercado e comprar um produto orgânico, é preciso incentivar esse tipo de agricultura familiar, além de criar alternativas para os produtos convencionais que já estão no mercado. "Isso tem muito relação com a vida mais saudável que as pessoas querem ter. Durante esse período de pandemia chegou ao absurdo do Brasil importar produto orgânico, por uma completa desorganização e falta de estrutura", disse.

Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais: balanço de 2020 e perspectivas

09/12/2020

Balanço dos trabalhos de 2020 e perspectivas para 2021 num encontro virtual com representantes de frentes parlamentares ambientalistas estaduais.

Vídeo: https://youtu.be/gWF4Xiwe7xE

Observatório de Leis

A Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional mantém em seu site toda a tramitação das propostas que tratam da pauta ambiental nas casas legislativas.

https://www.frenteambientalista.com/observatorio-de-leis/

ALCANCE NAS REDES SOCIAIS

Facebook

Seguidores: **11,3 Mil**
Crescimento de 20%

Visualizações: **36, 5 Mil**
Alcance **431,2 Mil**

YouTube

Seguidores: **2,1 Mil**
Crescimento de 100%

Visualizações: **26,8 Mil**
Alcance **229,4 Mil**

Instagram

Seguidores: **9,1 Mil**
Crescimento de 97%

Visualizações: **75,1 Mil**

Twitter

Seguidores: **3,1 Mil**
Crescimento de 60%

Visualizações: **96,2 Mil**

Linkedin

Seguidores: **728**
Crescimento de 100%

Visualizações: **1,5 Mil**

Atuação da Frente Parlamentar Ambientalista é destaque na mídia

veja

Assine VEJA com 88% de desconto

RADAR
Por Robson Bonin

SIGA

Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento. Com Evandro Éboli, Mariana Muniz e Pedro Carvalho. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

Brasil

Bancada ambientalista está de olho no trabalho de Kim Kataguiri

Nessa discussão da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, o deputado estaria num ritmo 'governista' demais para os colegas

ESTADÃO

PRONTO, FALEI!

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Rodrigo Agostinho, deputado federal (PSB-SP) e presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara: "Ricardo Salles faz o Brasil passar vergonha. Não vamos ceder um milímetro no Congresso. Seguiremos na defesa da nossa biodiversidade."

TIROTEIO

É a formalização do 'passar a boiada'. É a raposa tomando conta do galinheiro

Do deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) sobre a exclusão da sociedade civil de comissão que cuida de desmatamento

com Mariana Carneiro, Guilherme Seto e Nathalia Garcia

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

IDEIAS

Desenvolvimento para Sempre

Mario César Mantovani
mario@sosma.org.br
Diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica

Na última eleição, a SOS Mata Atlântica chamou a atenção na carta Desenvolvimento para Sempre para a necessidade de os governos adotarem uma agenda ambiental forte, que promovesse o desenvolvimento para todos e valorizasse os biomas e a diversidade. Na carta Desenvolvimento para Sempre, apontamos rumos estratégicos para o País. Porém, a rota adotada seguiu no contramão. Os índices de desmatamento na Amazônia e na Mata Atlântica aumentaram e o Brasil se afastou completamente dos compromissos assumidos no Acordo do Clima de Paris, ao ponto de a ONG ser levada a atualizar seu manifesto dos anos 1980 para denunciar que "Continuam tirando o verde da nossa Terra".

entre investidores de fundos e o governo brasileiro veio em boa hora, mas não basta. É fundamental que o desmonte das políticas públicas ambientais deflagrado pelo próprio governo cesse e que o País honre os compromissos internacionais dos quais é signatário para uma agenda efetiva de retomada do desenvolvimento pós-pandemia. Não adianta maquiar, precisamos urgentemente que esse chamamento verde ecoe e seja colocado em prática.

A retomada da economia depende da nossa capacidade de valorizar os patrimônios naturais do País e escolher setores estratégicos capazes de atuar como indutores da recuperação, gerando empregos, renda e prosperidade de forma sustentável.

Na contramão de países arrojados, o Brasil se tornou mau exemplo no combate à pandemia, nos ataques à de-

A intenção de desproteger a Mata Atlântica para "deixar a boiada passar", conforme anunciado na fatídica reunião ministerial que se tornou pública por decisão judicial, agravará crises de abastecimento de água com potencial de afetar milhões de pessoas. Além disso, o abandono da agenda de combate às mudanças do clima poderá tornar a vida nas cidades mais insalubre.

A Mata Atlântica, que abriga três dos maiores centros urbanos da América do Sul e responde por 70% do PIB nacional, é estratégica para que o Brasil cumpra as metas de restauração florestal assumidas no Acordo de Paris. A restauração é um segmento do agronegócio gerador de desenvolvimento social, que sustenta uma grande cadeia de mercados e é financeiramente atraente.

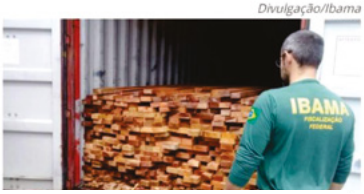
Enquanto milhares de brasileiros enfrentam como

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Frente Parlamentar Ambientalista debate a fiscalização ambiental no Brasil

Debate vai focar "no desmonte que tem ocorrido desde o início do governo Bolsonaro na fiscalização ambiental do Ibama e do ICMBio"

Divulgação/Ibama



De Sarney Filho (PV) a Ricardo Tripoli (PSDB), passando por Alessandro Molon (PSB) e Nilto Tatto (PT), uma unanimidade: todos defenderam a demissão do ministro da motosserra bolsonarista. @mmeioambiente/Instagram

Carta Aberta em Favor do Saneamento como Serviço Essencial também em tempos de Pandemia

PRESIDENTE DA CÂMARA PEDIU A COORDENADOR DA FRENTE AMBIENTALISTA UMA LISTA DE PROJETOS PARA PAUTAR JÁ NAS PRÓXIMAS SEMANAS

Salles anistia desmatadores da mata atlântica em meio à pandemia de Covid-19

Ministro do Meio Ambiente reconheceu áreas desmatadas até 2008; especialistas dizem que medida fere imagem do agronegócio

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO Em meio à pandemia do novo coronavírus no Brasil, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) deu anistia a

urbanismo do MP (Ministério Público) do Paraná, a ação de Salles tornou vinculante o parecer para os órgãos da administração federal.

"Isso tem como consequência

De 2008 para cá nós praticamente não

Além do problema ambiental, a posição do despacho de Salles contraria regras jurídicas. Caio Af ma que uma lei geral, com o Código Florestal, não pr

» SINAIS PARTICULARES. **Bela Gil,** chef de cozinha natural e apresentadora de TV

» **Retomada.** Em reunião com a Frente Ambientalista do Congresso, a apresentadora Bela Gil defendeu que a reforma tributária acabe com os incentivos fiscais relacionados à produção e à venda de agrotóxicos. Ela é vice-presidente do Instituto Brasil Orgânico.

veja

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara em 2019, Rodrigo Agostinho (PSB/SP) será o novo Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional.

A cerimônia de posse acontece nesta terça no auditório Nereu Ramos da Câmara.

ESTADÃO

CLICK. Preocupada com o aumento do desmatamento ilegal e do garimpo em tempos de pandemia, a Frente Parlamentar Ambientalista tem mantido suas reuniões.

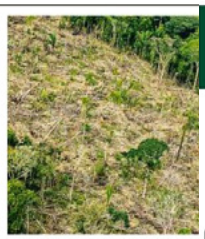
UOL NOTÍCIAS

Do UOL, em São Paulo
17/06/2020 17h37
Atualizada em 17/06/2020 17h39

Especialistas em meio ambiente estimaram hoje que o desmatamento na Amazônia deve chegar a 15 mil km² neste ano, contra os quase 10 mil km² de 2019. Eles foram praticamente unânimes em condenar a falta de ação do governo federal frente ao problema durante encontro virtual da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional.

MP de regularização de terras depende de acordo na Câmara

Criticado por facilitar a grilagem, texto amplia limite de terrenos que podem ser reivindicados por autodeclaração



Regularização. Ambientalistas e MPF dizem que texto da MP

JULIANA DAL PIVA
juliana.dalpiva@oglobo.com.br

A Medida Provisória enviada pelo governo em dezembro do ano passado e que trata de novas regras para a regularização fundiária no país está se aproximando do prazo de validade sem que exista na Câmara dos Deputados um acordo sobre o texto. Caso não seja votada e aprovada até o dia 19 de maio, a MP 910 poderá caducar. O GLOBO apurou que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, só colocará em votação se os líderes dos partidos entrarem em acordo nos próximos dias.

Conhecida como "MP da grilagem" pelos críticos, a medida foi duramente criticada por integrantes do Ministério Público Federal e ambientalistas. Se o texto enviado pelo governo permanecer, ficará permitida a ampliação em mais de quatro vezes do tamanho das propriedades que podem ser regularizadas. Será permitida a regularização de imóveis de áreas de até 2.500 hectares com autodeclaração. Antes, apenas quem tivesse até 440 hectares tinha o direito de fazer a regularização e com vistoria. A ampliação da área é o ponto de maior discordância entre os deputados que debatem o texto.

— Está tendo uma corrida pelas terras públicas na Amazônia muito por força da MP. E hoje onde mais ocorre desmatamento é em terra grilada. Existem estudos que mostram que essa MP permite a grilagem de até 65 milhões de hectares, o equivalente a três vezes o tamanho do estado de São Paulo — afirmou o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que está participando das discussões. Para ele, é necessário restringir aos pequenos agricultores e isso já significaria 96% de toda a demanda por regularização fundiária.

Além de ampliar o tamanho que poderá ser regularizado, a MP ainda aumenta a data-limite das ocupações para obtenção de título da área. Se aprovado, o texto do governo permite regularizar terras ocupadas até dezembro de 2018. Antes, só era autorizado a quem tivesse ocupado até 2011 — alteração feita no governo de presidente Michel Temer.

— Essa mudança (2017) já fez com que uma grande quantidade de gente que tinha invadido terra e não teria direito de ganhar o título passasse a receber título e isso fez com que o desmatamento na Amazônia explodisse. Isso foi feito há apenas três anos — afirmou Raul do Valle, diretor de Justiça Socioambiental do WWF-Brasil.

O senador Irajá Abreu (PSD-TO) é defensor da MP e diz que o tamanho das terras que podem ser legalizadas está previsto no art Constituição q que a "alienaçã são, a qualquer ti públicas com a dois mil e quinhe a pessoa física ou da que por inter dependerá de pr ção do Congresso — A gente não ter injustiças. super importa faz regularizaç que estão esque fendeu Abreu.

Como é uma m séria que está em dições já podem s

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Frente Parlamentar Ambientalista debate questões ambientais em contexto de pandemia

Debate vai focar "no desmonte que tem ocorrido desde o início do governo Bolsonaro na fiscalização ambiental do Ibama e do ICMBio"

ESTADÃO

Disputa... A pressão feita por **Jair Bolsonaro** no Twitter pela aprovação da MP da regularização fundiária mobilizou ambientalistas. Entidades da sociedade civil lançaram campanha contra o texto: alegam benefício a grileiros e incentivo ao desmatamento ilegal.

...verde. A Frente Parlamentar Ambientalista apresentou ofício na Câmara para pedir a retirada da MP da pauta do plenário. O grupo admite, no entanto, que o tema é de grande relevância e propõe uma agenda de debates com a Frente Parlamentar Agropecuária.

RETOMADA VERDE

'Estadão' debate hoje 'pauta verde' com deputados

Parlamentares Alessandro Molon, Enrico Misasi, Zé Vitor, Rodrigo Agostinho e Zé Silva vão ser sabatinados por Eliane Cantanhêde

veja

Deputados apresentam proposta para derrubar revogaço do Conama

Os deputados irão pressionar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que paute a proposta nos próximos dias

Por **Robson Bonin** – Atualizado em 5 out 2020, 14h44 – Publicado em 5 out 2020, 15h33

Umberto Lombardo/Divulgação

Deputados de diversos partidos protocolaram nesta segunda uma proposta para anular as decisões da última reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ambientalistas defendem implementação do Código Florestal e criticam mudanças na lei

Representante da WWF afirma que há vários projetos no Congresso que estão tentando enfraquecer a legislação ambiental

ESTADÃO

Vixe. A Comissão Externa do **Congresso** que acompanha o enfrentamento dos incêndios no **Pantanal** identificou que há apenas 170 pessoas atuando no combate ao fogo. O número inclui agentes federais, estaduais e municipais, além de integrantes de entidades de proteção à natureza. Bombeiros chegam a pedir ajuda para comprar combustível.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Frente Parlamentar Ambientalista quer impeachment de Salles e "green recovery" no Brasil

Projeto sobre pagamentos ambientais e a proposta de proteção do bioma marinho, (conhecida como Lei do Mar) fazem parte da "agenda positiva" da frente ambientalista no Congresso Nacional

Luis Macedo/Câmara dos Deputados

O GLOBO

Em relação à pauta sustentável, o presidente da bancada ambientalista, Rodrigo Agostinho (PSB-SP), diz que tentará fechar acordo para votar pelo menos um projeto no fim de outubro. Não há acordo com a bancada ruralista, entretanto, em relação à proposta que endurece o crime de desmatamento. No pacote, estão incluídos ainda um novo marco para o licenciamento ambiental e uma proposta polêmica que regulariza terras na Amazônia.

UOL NOTÍCIAS

Especialistas em meio ambiente estimaram hoje que o desmatamento na Amazônia deve chegar a 15 mil km² neste ano, contra os quase 10 mil km² de 2019. Eles foram praticamente unânimes em condenar a falta de ação do governo federal frente ao problema durante encontro virtual da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional.

SOCIALISMO CRIATIVO NOTÍCIAS

Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

A Frente Parlamentar Ambientalista, coordenada pelo deputado federal socialista **Rodrigo Agostinho (SP)**, apresentou nesta segunda-feira (13/4) uma carta aberta ao Congresso Nacional

uol.com.br — Privado

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

Ricardo Salles revoga despacho que regularizava invasões na Mata Atlântica

Frente Parlamentar Ambientalista vai pedir impeachment de Salles

Valor

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se reunirá na tarde desta terça-feira com o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), líder da frente ambientalista, e com lideranças partidárias para tentar viabilizar uma agenda de pautas voltadas ao meio ambiente para o Poder Legislativo no segundo semestre.

REUNIÕES REALIZADAS

123 Encontros realizados em 2020

11 REUNIÕES CONJUNTAS

62 TRANSMISSÕES AO VIVO

18 REUNIÕES ANAMMA

33 REUNIÕES TÉCNICAS

REUNIÕES CONJUNTAS

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA VEREADORES DO BRASIL E ANAMMA

Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais

As Frentes Parlamentares Ambientalistas dos Estados sucedem a criação da FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA do Congresso Nacional, criada em 2007, na busca de descentralizar as ações dos Parlamentos, em articulação com a sociedade, em torno de uma temática extremamente sensível e permeada por conflitos que dão a dimensão da urgência da criação destes Fóruns.

Temos consolidadas diretrizes que norteiam nossas atuações, trazendo para as Assembleias Legislativas, os temas que estão tramitando no Congresso Nacional e seus reflexos nos Estados, uma construção sempre em sintonia com Deputados Estaduais e Sociedade Civil, trabalhos com as Legislações Estaduais são parte dessa atuação e onde se tem construído referencias nos temas de políticas públicas ambientais. O país que se destacou no arcabouço Jurídico e Institucional, com Capitulo de Meio Ambiente em sua Constituição, Legislações que abrangem todo espectro socioambiental, orientaram inclusive Pactos Internacionais em torno das Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Recursos Hídricos visando garantir nosso rico Patrimônio Natural, deter a emissão de gases de efeito estufa, por exemplo. Desde a ECO - 92, que nosso país sediou, temos nos ocupado da temática, que precisa ser incorporada como estratégica para o desenvolvimento e como indicador civilizatório.

Cada Frente Estadual tem se organizado de acordo com a sua própria realidade e em torno de questões que se apresentam como centrais para as sociedades locais.

Neste sentido, é preciso compreender, cada dia mais, a importância de Fóruns como estes das Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais, que hoje estão em 18 Estados, persistir na sua concretização como uma realidade política, ampliá-los para outros Estados e nos inspirar na bem sucedida experiência da Frente Parlamentar Ambientalista Nacional.

ALAGOAS
Deputado Davi Maia (DEM–AL)

BAHIA
Deputado Marcelino Gallo (PT–BA)

CEARÁ
Deputado Renato Roseno (PSOL–CE)

DISTRITO FEDERAL
Deputado Leandro Grass (REDE–DF)

ESPÍRITO SANTO
Rafael Favatto (PATRI0TA–ES)

GOIÁS

MATO GROSSO DO SUL
Deputado Renato Pieretti (PMDB–MT)

MINAS GERAIS
Deputado Dr Freire (PT–MG)

PARAÍBA
Estelisabel Bezerra (PSB–PB)

PARANÁ
Deputado Goura (PDT–PR)

PERNAMBUCO
Deputado Lucas Ramos (PSB–PE)

PIAUÍ
Deputada Lucy Soares Silveira (PP–PI)

RIO DE JANEIRO
Carlos Minc (PSB–RJ)

RIO GRANDE DO NORTE
Deputado Francisco do (PT–RN)

RIO GRANDE DO SUL
Deputado Edegar Preto (PT–RS)

SANTA CATARINA
Deputada Paulinha (PDT–SC)

SÃO PAULO
Deputada Marina Helou (REDE–SP)

SERGIPE
Deputado Iran Barbosa (PT–SE)

https://www.frenteambientalista.com/estadual/

EXPEDIENTE

Coordenador:
Deputado Rodrigo Agostinho

Secretário-Geral:
Deputado Daniel Coelho

Conselho executivo:
Deputado Alessandro Molon
Deputado Arnaldo Jardim
Deputado Edmilson Rodrigues
Deputado Ricardo Izar

Conselho consultivo:
André Guimarães
Fábio Feldman
Professora Isabela Curado (FGV)
Lídia Parente
Mário Mantovani
Michel Santos

Edição e texto:
Felipe Cabral

Fotos:
Agência Câmara, Agência Senado e Acervo da Frente Parlamentar.

Projeto gráfico e diagramação:
Renan Nunes

Secretária Executiva:
Lidia Parente Bucar

Assessoria da Frente Parlamentar Ambientalista:
Carla Gheler Costa
Izabel Honorato
Rubito Ribeiro

Coordenação Frente Parlamentar Ambientalista Estadual:
Rejane Peratti

Conheça nosso observatório
http://www.frenteambientalista.com/observatorio-de-leis/

Conheça Frente Parlamentar Ambientalista
http://www.frenteambientalista.com

APOIO

Frente Parlamentar
Ambientalista

flickr facebook twitter

www.frenteambientalista.com
www.frenteambientalista.com/observatorio-de-leis